

PROJETO

**A TECNOLOGIA COMO ALIADA NO
ENVELHECIMENTO**

IDOSO





prefeitura de
PORTO ALEGRE
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
SETOR DE CONTRATOS - CAF/PGM

CONTRATO REGISTRADO SECON N° 88095 / 2024 - SEI N° 23.0.000053510-9

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO 010/2023

RESOLUÇÕES N.º 118/2022 – COMUI

Processos: 22.0.000146101-3 e 23.0.000053510-9

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Porto Alegre, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), e a entidade **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**, para repasse de recursos financeiros, conforme Resolução n.º **118/2022** - COMUI.

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, inscrito no CNPJ. n.º 92.963.560/0001-60, com sede na Praça Montevideu, n.º 10, Centro, nesta capital, representado neste ato pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Léo Voigt**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 315.759.350-15, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto Municipal n.º 19.932, de 29 de janeiro de 2018, que outorga através da portaria 25844164 para assinar o presente instrumento o **Secretário Adjunto Nelson Beron Carvalho Filho**, de um lado, e de outro a entidade **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**, doravante denominada **Entidade Beneficiada**, com sede na Rua Professor Annes Dias, n.º 295, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.815.000/0001-68, representada neste ato por seu presidente **Alfredo Guilherme Englert**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 007.761.300-72, residente na Travessa Farroupilha, n.º 36, nesta capital, ajustam entre si o presente Termo de Fomento, de acordo com a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto Municipal n.º 19.775, de 27 de junho de 2017, a Lei Complementar Municipal n.º 444, de 30 de março de 2000, o Decreto Municipal n.º 20.239, de 26 de abril de 2019, o Decreto Municipal n.º 11.417, de 10 de janeiro de 1996, com as alterações promovidas pelo Decreto Municipal n.º 11.459, de 13 de março de 1996, e o Manual de Prestação de Contas das Parcerias do Município de Porto Alegre, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto estabelecer os procedimentos para concessão de auxílio financeiro do **MUNICÍPIO**, aprovado pelo COMUI, para a **ENTIDADE BENEFICIADA**, através de recursos que constituem o Fundo Municipal do Idoso, desde então denominado FUMID, para execução do **Projeto A Tecnologia como Aliada no Envelhecimento**, conforme disposto na Lei Complementar Municipal n.º 444, de 30 de março de 2000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FINALIDADE

O MUNICÍPIO concede, através do FUMID, à entidade beneficiada, auxílio no valor total de **R\$ 735.863,70 (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais e setenta centavos)**, captados através do(s) Certificado(s) de Autorização para Captação de Recursos Financeiros n.º **017/2022** aprovado pela Resolução n.º **118/2022** - COMUI, que será aplicado nas despesas previstas no Anexo II - Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento, para execução do **Projeto A Tecnologia como Aliada no Envelhecimento**, resumidas da seguinte forma:

- Despesas Correntes : R\$ 00,00

- Despesas de Capital : R\$ **735.863,70**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

3.1. O depósito e a movimentação financeira dos recursos repassados pelo FUMID serão efetuados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, em nome da entidade, conforme dados abaixo:

Banco: **Banrisul** Código n.º: **041**

Agência: **Otávio Rocha** Código n.º: **0062**

Nº da Conta Corrente: **06.857667.4-5**

Título da Conta: **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA**

3.1.1. Os repasses para atender o cronograma de desembolso descrito no Plano de Trabalho do anexo II, sendo:

1ª Parcela: R\$ 735.863,70;

3.2. Os Recursos deverão ser aplicados em estrita conformidade com o plano de trabalho aprovada.

3.3. O movimento financeiro dos recursos repassados pelo FUMID será efetuado mediante de crédito na conta bancária de titularidade do beneficiário final da despesa.

3.4. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento.

3.5. Qualquer importância acrescentada à conta específica somente poderá ser utilizada no objeto deste Termo de Fomento, devendo constar da prestação de contas do mesmo.

3.6. Os saldos remanescentes dos recursos repassados pelo FUMID deverão ser restituídos ao Município por ocasião da conclusão do objeto ou extinção deste Termo de Fomento, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) específico para devoluções, no período máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência deste Termo de Fomento será de 6 (seis) meses, a contar de sua assinatura.

4.1.1. A vigência desta parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da entidade beneficiada, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) em, no mínimo, **30 (trinta) dias antes do término do termo inicialmente previsto.**

CLÁUSULA QUINTA - DA APLICAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A entidade terá até o último dia do mês subsequente à data de competência da emissão do comprovante de despesa para o lançamento e juntada dos documentos no Sistema de Gestão de Parcerias – SGP e comunicação de finalização da prestação de contas ao FUMID.

5.2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da entidade beneficiada, devidamente datados e valorados.

5.3. Não serão aceitos documentos comprobatórios que contenham rasuras ou borrões em qualquer de seus campos e cujas despesas forem efetivadas fora do prazo de aplicação.

5.4. A documentação para comprovação de eventuais serviços de terceiros deverá ser mediante Nota Fiscal de Serviços ou Recibo de Pagamento de Autônomos, desde que observado o recolhimento dos impostos incidentes.

5.5. As prestações de contas deverão ser realizadas exclusivamente através do sistema informatizado SGP (Sistema de Gestão de Parcerias).

5.6. Os lançamentos no SGP estarão sujeitos à conferência pelos órgãos da Administração Pública e, em caso de descumprimento da obrigação pela OSC em prestar contas no prazo, será suspenso o repasse, a partir de sua verificação.

5.7. Deverão integrar a prestação de contas os seguintes documentos, devidamente preenchidos, conforme modelos disponibilizados pela secretaria:

5.7.1. Relatório de Bens, no caso de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

5.7.2. Relatório da execução da parceria, contendo a competência, o cumprimento de metas, número de atendidos, atividades realizadas, fotos, lista de beneficiários e o que mais entender pertinente a fim de demonstrar a execução do objeto da parceria;

5.7.3. Extratos bancários correspondentes à respectiva movimentação bancária;

5.7.4. Cronograma físico-financeiro, no caso de adequações ao espaço físico, acompanhado de fotos do antes e depois.

5.7.5. Planilha de fechamento financeiro.

5.8. As despesas com a remuneração da equipe de trabalho durante a vigência da parceria poderão contemplar pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria;

II - sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Municipal.

5.9. Caso houver descumprimento dos itens desta Cláusula Quinta, a entidade será notificada pelo Gestor da parceria. Após a vencimento do prazo, não cumprindo o disposto acima, a entidade estará sujeita às seguintes penalidades da Lei Federal 13019/2014, garantida a defesa prévia:

5.9.1. Advertência.

5.9.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos.

5.9.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a entidade beneficiada ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 5.9.2.

5.10. As sanções estabelecidas nos itens 5.9.2 e 5.9.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

5.11. A ausência da prestação de contas, no prazo e formas estabelecidos, ou a prática de irregularidades na aplicação dos recursos, sujeita a entidade beneficiada ao ressarcimento de valores, além de responsabilidade na esfera civil, se for o caso.

5.12. A entidade com problemas na prestação de contas será considerada inadimplente e estará sujeita às normas do COMUI.

5.13. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica para pessoa física ou jurídica indicada na nota fiscal conforme CPF ou CNPJ.

5.13.1. Fica vedado o uso do cartão de débito/crédito ou cheques e parcelamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E DA APLICAÇÃO

6.1. A Execução de iniciar logo após o primeiro repasse.

6.2. Os desembolsos devem ser realizados através da conta corrente da parceria.

6.3. É de responsabilidade exclusiva da entidade beneficiada o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da entidade beneficiada em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FONTE DE RECURSOS

7.1. A despesa de que trata o presente instrumento correrá à conta de recursos oriundos de receitas orçamentárias destinadas ao Fundo Municipal do Idoso, consignado no Orçamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na(s) Dotação(ções) Orçamentária(s) 7306-2817-445042010000-1222

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do Município:

8.1.1. Repassar à entidade beneficiada o recurso financeiro previsto na Cláusula Segunda deste Termo de Fomento;

8.1.2. Examinar e aprovar as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do projeto, diretamente ou por delegação;

8.2. São obrigações da Entidade Beneficiada:

8.2.1. É de responsabilidade exclusiva da entidade beneficiada o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, cabendo, ressaltar a observância, quanto à aquisição de veículo, as seguintes obrigações específicas:

- a) assegurar a vinculação do veículo à finalidade inicialmente proposta;
- b) arcar com as despesas decorrentes de pagamento de impostos, taxas, multas, emplacamento, documentação do veículo, seguro contra sinistro, sistema de gestão, recursos humanos, limpeza, manutenção, reparos, combustível e quaisquer outras despesas necessárias à regular circulação do veículo;
- c) assegurar o custeio, a manutenção periódica e corretiva, conforme previsto no manual do proprietário;
- d) providenciar o registro de cláusula de inalienabilidade no CRV/CRLV, às suas expensas;
- e) responsabilizar-se pela utilização do veículo nas esferas administrativa, civil e criminal, desde a data do seu recebimento;
- f) arcar com possíveis custos adicionais na aquisição do veículo.

8.2.2. Cumprir integralmente o Projeto e o Plano de Aplicação de Recursos aprovados pelo Município / COMUI, devendo, para tanto, observar as seguintes obrigações específicas:

- a) Executar as obras do objeto em conformidade às especificações e normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e ao detalhado no Plano de Trabalho;
- b) Entregar a obra pronta e acabada no prazo e nas condições estabelecidas;
- c) Adotar as medidas técnico-administrativas necessárias à execução da obra objeto da parceria;
- d) Obter do profissional responsável pela execução da obra prova de regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RS e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/RS, mediante Certidão vigente na data da emissão da Ordem de Serviço;
- e) Apresentar a Certidão de cadastro da obra, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e os Registros de Responsabilidade Técnica - RRT relativos ao Plano de Trabalho;
- f) Manter os Projetos, as Anotações de Responsabilidade Técnica e os Registros de Responsabilidade Técnica à disposição da fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional; e
- g) Atender às exigências da legislação ambiental aplicáveis ao objeto.

8.2.3. Apresentar três orçamentos para compras de equipamentos e material permanente, bem como para serviços e materiais destinados a reparos e reformas não estruturais;

8.2.4. Manter a disposição do Município / COMUI e dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas por parte do Município / COMUI, os documentos comprobatórios e registros contábeis das despesas realizadas, indicando-os com o Número deste Termo de Fomento;

8.2.5. Restituir ao Município o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento do recurso, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos, nos seguintes casos:

- a) quando não for apresentada a prestação de contas;
- b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo;
- c) o saldo não-utilizado na parceria.

8.2.6. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

8.2.7. Facilitar a realização de auditorias contábeis nos registros, documentos, instalações, atividades e serviços da entidade, referentes à aplicação dos recursos oriundos do presente Termo de Fomento e de acordo com os formulários de prestação de contas fornecidos pela Administração Pública;

8.2.8. Apresentar relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, conforme previsto no art. 66, inc. I, da Lei nº 13.019/14.

8.2.9. Observar os preceitos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados - LGPD), consoante detalhado na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA MUDANÇA DE PLANO DE TRABALHO OU FINALIDADE

9.1. O Plano de Trabalho poderá ser alterado com autorização prévia da administração pública, conforme procedimento descrito no Manual de Prestação de Contas do Município;

9.2. A entidade beneficiada somente poderá aplicar os recursos concedidos em finalidade diversa da expressa neste termo, mediante prévia autorização pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, com manifestação dos setores técnicos competentes, através de termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, conforme determina o art. 57 da Lei n 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com a legislação específica, a Administração Pública deverá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade beneficiada as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

10.1.1. Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

10.1.1.1. Proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à entidade beneficiada, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

10.1.1.2. Notificação à entidade beneficiada para apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de suspensão do direito de participação em chamamento público e de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de dez dias úteis;

10.1.1.3. Manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

10.1.1.4. Decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é o gestor da parceria, e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é o Secretário da Pasta;

10.1.1.5. Intimação da entidade beneficiada acerca da penalidade aplicada;

10.2. O descumprimento das obrigações e dos prazos previstos neste termo sujeitará a entidade beneficiada às seguintes penalidades, graduadas conforme sua gravidade ou reincidência, a serem aplicadas pelo COMUI:

I – Advertência;

II - Suspensão da concessão de auxílios, subvenções ou qualquer benefício, oriundo do FUMID, por até 02 (dois) anos;

III - Devolução dos recursos quando os gastos em finalidade diversa da expressa neste Termo de Fomento e/ou quando a movimentação financeira não for efetuada conforme disposto neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. O acompanhamento, monitoramento e avaliação da parceria dar-se-ão através das seguintes etapas:

I – análise, com emissão de relatório, dos dados financeiros constantes da Prestação de Contas para apuração do nexos de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes e das atividades demonstradas em relatório, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

II – Visita a entidade;

III – emissão do relatório da administração pública contendo dados da visita e da execução do objeto;

IV – Submissão do Relatório do inciso III à Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no art. 23 do Decreto 19775/2017;

V – Emissão de parecer técnico conclusivo do gestor da parceria com base nos relatórios dos incisos I e III;

VI - Aprovação das contas pelo administrador público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESGUARDO DOS PRECEITOS DA LEI 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

12.1. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

12.2. A Entidade Beneficiada, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá tratá-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento.

12.3. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a Entidade Beneficiada declara:

a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco da Administração Pública;

b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas por este instrumento;

- c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;
- d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;
- e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente previstos neste instrumento, devendo a Entidade Beneficiada exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

12.4. A Entidade Beneficiada manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

12.5. A Entidade Beneficiada se obriga a comunicar imediatamente a Administração Pública quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução deste instrumento e os dados e/ou informações disponibilizados pelo MUNICÍPIO (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

12.6. A Administração Pública, por intermédio do Conselho Municipal competente, possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da Entidade Beneficiada, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

12.7. A Entidade Beneficiada se compromete a responder todos os questionamentos feitos pela Administração Pública que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

13.1. Este termo poderá ser rescindido, a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

13.1.1. As partes devem manifestar, formalmente, a outra parte a intenção de rescisão com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

13.2. Constitui motivo para rescisão deste termo, o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, particularmente quando da constatação das seguintes condições:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos;

13.3. Este termo poderá ser rescindido, a critério do Município, por motivo de interesse público, caso a entidade beneficiada sofra alguma restrição futura ou incorra em alguma das vedações legais.

13.4. A entidade deverá restituir ao Município o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do Termo de Fomento.

13.5. Havendo encerramento das atividades e/ou comprovação de inaptidão da entidade beneficiada para a execução do presente Termo de Fomento, fica a cargo do CMDCA, com posterior aprovação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, decidir sobre a transferência da execução do projeto para entidade que preste o mesmo tipo de atendimento, bem como da reversão dos recursos para o Fundo, com a anuência da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RENDIMENTOS E REEMBOLSOS

14.1. Caso existam rendimentos de ativos financeiros, a entidade beneficiada deverá solicitar a alteração do plano de trabalho para a aplicação dos recursos no objeto da parceria, por meio de Termo Aditivo ao Termo de Fomento, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do fim do respectivo prazo de vigência.

14.1.1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

14.2. Não será permitido o reembolso de despesas realizadas pela entidade com recursos próprios, por ausência de amparo legal, salvo se configurada a hipótese de compensação com os valores públicos a serem repassados, assim que disponibilizados, por atraso da administração municipal, desde que devidamente comprovadas as despesas pela organização da sociedade civil e destinadas ao cumprimento das obrigações assumidas no plano de trabalho.

14.3. O período que antecede a formalização do termo, bem como o período em que a administração pública realiza a liquidação dos empenhos, não configura atraso da administração pública.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os equipamentos sócio-educativos, tais como computadores, máquinas de escrever, bem como outros equipamentos considerados material permanente, conforme a Lei Federal nº 4.320, de 1964, reverterão ao Município se, no prazo de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura deste, a entidade beneficiada for penalizada de acordo com a Cláusula 11.2, II do presente Termo de Fomento, for extinta ou, por qualquer motivo, modificar ou perder a finalidade que a qualifica a firmar esta parceria.

15.2. Os bens remanescentes da parceria, adquiridos com recursos dela oriundos, poderão ser doados à entidade beneficiada parceira para a continuidade de ações de interesse público, condicionada à prestação de contas final aprovada, permanecendo em custódia dos bens sob sua responsabilidade até o ato da efetiva doação.

15.3. As partes elegem o foro do município de Porto Alegre para resolver os litígios decorrentes deste Termo de Fomento, devendo ser realizada prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

ANEXO I (21697671) - PROJETO

ANEXO II (23729949) - PLANO DE TRABALHO

Nelson Beron Carvalho Filho

Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Social

Alfredo Guilherme Englert, CPF/MF n.º 007.761.300-72

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Guilherme Englert, Usuário Externo**, em 25/01/2024, às 15:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Beron Carvalho Filho, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 26/01/2024, às 16:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **27189294** e o código CRC **3925DCA3**.

PROJETO A TECNOLOGIA COMO ALIADA NO ENVELHECIMENTO

NOVEMBRO/2022



SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
PORTO ALEGRE



AMIGOS
DA BOA CAUSA
Doe seu carinho

- O QUE ESTÁ SENDO SOLICITADO AO COMUI?
- QUAL É O FOCO DO PROJETO?
- QUAL SERÁ O PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROJETO?
QUANTOS SERÃO ATENDIDOS?
- QUAL É A ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA?
- QUAL O OBJETIVO DO PROJETO?
- QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS?
- QUE RESULTADOS VOCÊ ESPERA ALCANÇAR? EM QUE TEMPO?
- QUAL O VALOR TOTAL DO PROJETO?
- QUAL O VALOR A CAPTAR JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO?
- HÁ OUTROS APOIADORES E PARCEIROS? QUEM SÃO ELES?
- ORÇAMENTOS



SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
PORTO ALEGRE

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

CNPJ: 92.815.000/0001-68

ANO DE FUNDAÇÃO: 1803

ENDEREÇO: RUA PROFESSOR ANNES DIAS, 295 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - CEP 90020-090

FONE: 51 3213.7300 / 51 3214.8978

E-MAIL: PROJETOS@SANTACASA.ORG.BR

SITE: WWW.SANTACASA.ORG.BR

ENDEREÇO DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

RUA PROFESSOR ANNES DIAS, 295 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - CEP 90020-090

NÚMERO DE REGISTRO NO COMUI: 24

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO



A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é o mais antigo hospital do Rio Grande do Sul e um dos mais modernos complexos hospitalares do país, sendo referência brasileira pela qualidade e segurança da Medicina, pelo humanismo de sua assistência, pela excelência de seus profissionais e pela modernidade de seus processos e equipamentos.

É uma instituição filantrópica assistencial médico-hospitalar, constituindo-se também como centro de ensino, pesquisa e cultura, reconhecida de Utilidade Pública pelas três esferas do governo e de natureza jurídica fundacional. Cabe à Irmandade, atualmente presidida pelo Provedor Alfredo Guilherme Englert, a responsabilidade pelo provimento e administração dos hospitais e demais serviços da instituição.

Forma-se por um complexo integrado por oito hospitais; três unidades se constituem em hospitais gerais (adultos e pediátrico) e outras cinco especializadas em cardiologia, neurocirurgia, pneumologia, oncologia e transplantes. A instituição também disponibiliza à população serviços de consultas ambulatoriais eletivas e de urgência e emergência, além de serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, procedimentos cirúrgicos e obstétricos, internações hospitalares, clínicas e cirúrgicas, entre outros.

Conta com o primeiro Centro de Transplantes da América Latina – onde realiza todos os tipos de transplantes de órgãos – e é referência em diagnóstico e tratamento de doenças e procedimentos de alta complexidade. Integram-se ao complexo, o Cemitério da Santa Casa, a Casa de Apoio Madre Ana e a gestão do Hospital Dom João Becker, da cidade de Gravataí.

Em paralelo, a Santa Casa desenvolve intensa atividade de Ensino e Pesquisa, áreas nos quais historicamente possui relevância, sendo igualmente reconhecida como referência. É certificada como hospital de Ensino e promove em suas unidades programas de Residência Médica e cursos de especialização próprios ou associados a diversas universidades e faculdades do Brasil. Desde 1961 é o Hospital Escola da hoje denominada Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Com 219 anos de história e uma trajetória de pioneirismo e credibilidade, a Santa Casa realiza mais de 6 milhões de atendimentos ao ano. Possui um olhar constante para o futuro, promovendo iniciativas de inovação, atuação tecnológica e geração de conhecimento

Volume assistencial

774 mil Consultas

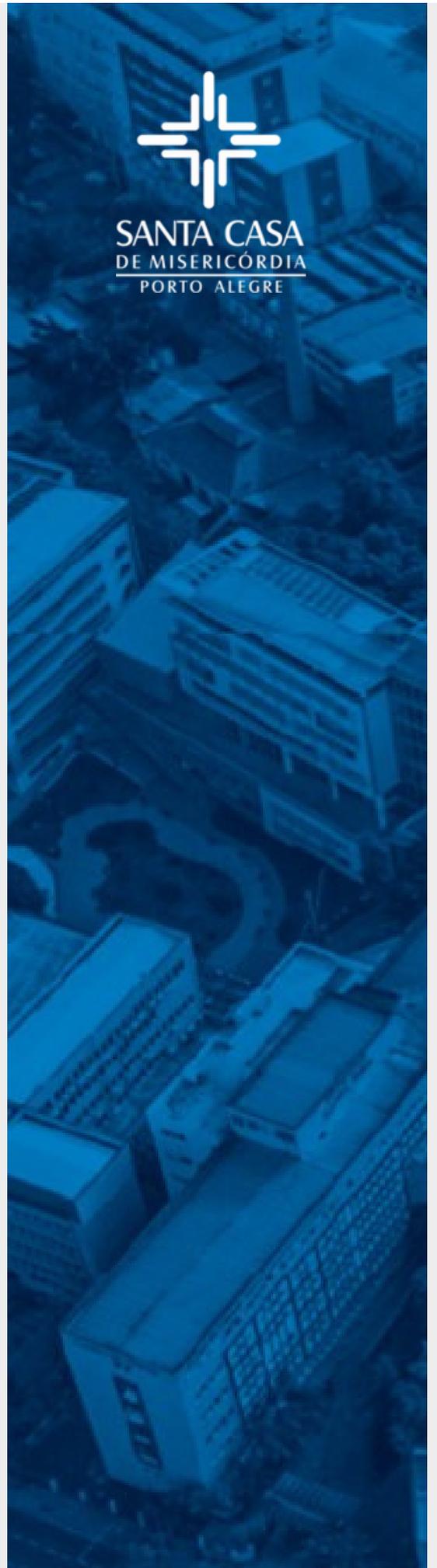
64,5 mil Procedimentos cirúrgicos e obstétricos

56 mil Internações

6,8 milhões de atendimentos diagnósticos e tratamentos



SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
PORTO ALEGRE



APRESENTAÇÃO DO PROJETO



LOCAL DE EXECUÇÃO:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – Rua Professor Annes Dias, 295 – Centro – Porto Alegre – RS.

Os atendimentos aos pacientes acima de 60 anos são realizados nos seguintes Hospitais do Complexo:

- Hospital Santa Rita
- Hospital Dom Vicente Scherer
- Hospital Santa Clara
- Hospital São Francisco
- Hospital São José
- Pavilhão Pereira Filho

PÚBLICO:

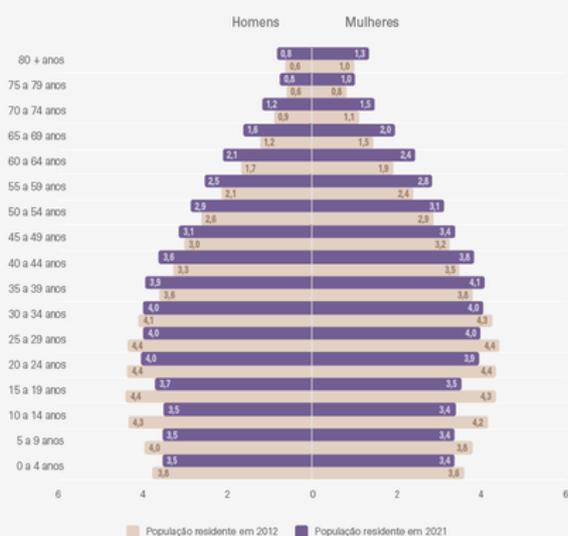
Beneficiário Direto:

Pacientes de Porto Alegre acima de 60 anos, referenciados pelo Sistema Único de Saúde para consultas, exames, tratamentos e cirurgias, nesta Santa Casa de Porto Alegre.

Beneficiário Indireto:

Familiares, cuidadores e amigos.

Pirâmide etária (%) - Brasil
Por sexo



Fonte: PNAD Contínua - Características Gerais dos Moradores 2020-2021



Estamos vivenciando o envelhecimento populacional há alguns anos. Uma pesquisa feita pelo IBGE, em 2020, apontou que os idosos representam 14,3% da população total do País.

Na comparação com 2012, a participação da população idosa cresceu em todas as grandes regiões e, no estado do Rio Grande do Sul não foi diferente, hoje temos o segundo maior índice do País (18,6%).

Dentro desta perspectiva, há que se pensar cada vez mais na saúde deste idoso com foco em um modelo de saúde voltado para o cuidado e não para doença, com foco na recuperação, permanência, promoção da autonomia e independência da pessoa com mais de 60 anos, conforme preconiza a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

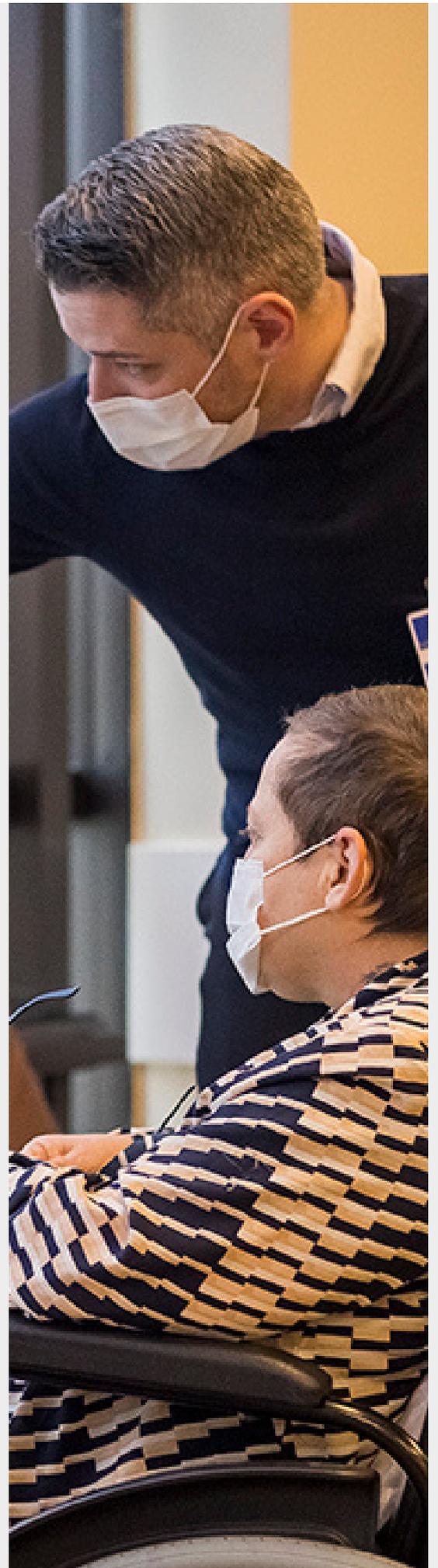
Neste sentido, a área da medicina tem evoluído de tal maneira que as tecnologias disponíveis hoje são grandes aliadas no cuidado deste paciente 60+, representando excelentes ferramentas voltadas a demandas e condicionalidades do processo de envelhecimento. Elas podem melhorar as condições de saúde de modo geral, mobilidade, segurança dos processos assistenciais, otimizar os sistemas atuais, facilitar o trabalho do médico e melhorar o atendimento ao paciente, reduzindo erros e, ainda, diminuindo custos.

A utilização dela se justifica também, e em muito, pelo aumento da complexidade do estado de saúde dos nossos idosos que cada vez mais possuem doenças crônicas e agudas, juntamente com a crescente expectativa de vida, onde a intenção é que essa longevidade esteja associada a uma condição de vida independente.

Sabidamente a pandemia da COVID 19 fez com que os idosos ficassem mais isolados, sem acessar os serviços de saúde e sem muito contato familiar e afetivo. Esse isolamento e solidão, além de baixar a imunidade, conforme descoberta de pesquisadores da Universidade de Chicago (2014), pode aumentar o risco desse idoso desenvolver problemas de saúde mais complexos.

O retorno a uma certa normalidade, passado o pior da COVID19, fez com que os idosos, que por dois anos relevaram suas condições físicas, retornassem aos serviços de saúde. Neste retorno, muitos estão descobrindo maior fragilidade na sua saúde e problemas mais graves que querem um atendimento mais preciso e minucioso e tecnologias que permitam diagnósticos e tratamentos seguros e efetivos.

Desta forma, através deste projeto, se pretende adquirir importantes renovações e ampliações de equipamentos para compor as áreas assistenciais da Santa Casa que atendem pacientes acima de 60 anos. Essas tecnologias auxiliarão não somente nos cuidados como mencionado acima, como também na investigação de patologias e tratamento das mesmas. Assim, é imprescindível que possa ser ofertado ao paciente idoso aparelhos que auxiliem de maneira efetiva no seu cuidado hospitalar.



OBJETIVO GERAL

Proporcionar cuidados assistenciais aos idosos, atendidos pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, através da aquisição de equipamentos médico-hospitalares que permitam agilidade nos diagnósticos, melhora na terapêutica a ser utilizada e recuperação mais rápida destes pacientes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar parte da infraestrutura tecnológica utilizada na assistência ao idoso;
- Proporcionar diagnósticos e tratamentos mais resolutivos e ágeis.



A Santa Casa possui cerca de 8.600 colaboradores. Dentre eles estão médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, de radiologia, dentre outros assistenciais e também de serviços de apoio. Estes profissionais são capacitados para o atendimento do paciente 60+, dentro da Política do Jeito, cultura organizacional da Santa Casa.

Com relação ao projeto, as áreas envolvidas para a aquisição das tecnologias previstas são: apoio assistencial, engenharia clínica e setor de compras. Todas essas áreas farão interface para a execução das aquisições planejadas de acordo com descritivos técnicos dos equipamentos que trarão maior benefício aos pacientes idosos assistidos.

Quando da chegada desses itens, a área assistencial fará treinamentos entre equipes para o correto manuseio e uso das tecnologias para, somente depois, efetivá-las na assistência de forma a contribuir com o estado de saúde dos idosos atendidos seja em Ambulatório, Internação, Bloco Cirúrgico, UTI ou Serviços de Diagnóstico e Terapêutica. Deste modo, se colocará tecnologia avançada para ser aliada no envelhecimento, trazendo um tratamentos mais precisos para os idosos-porto-alegrenses.



COMUNIDADE

A participação da comunidade pode se dar através da destinação de recursos via Imposto de Renda para execução do projeto, bem como, o acesso de familiares e cuidadores nas rotinas assistenciais dos idosos atendidos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o presente projeto, pretende-se estreitar ainda mais as relações com o Fundo Municipal do Idoso e com o Conselho Municipal do Idoso, além de dar sequência ao trabalho já desenvolvido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre de atendimento à saúde e avaliação das condições do idoso observada pelas equipes de atendimento, e quando necessário, avaliado pelo Serviço Social.

APOIADORES E PARCEIROS

Os apoios serão desenvolvidos na medida em que o projeto for aprovado, buscando-se parceiros para doações que permitam a execução do presente projeto.





SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
PORTO ALEGRE

AVALIAÇÃO DO PROJETO

Objetivos Específicos	Perguntas de avaliação	Metas	Indicadores	Formas de verificação	Periodicidade
Qualificar parte da infraestrutura tecnológica utilizada na assistência ao idoso;	Foram adquiridos os equipamentos propostos no projeto?	100% dos equipamentos previstos adquiridos e em uso	Nº de equipamentos adquiridos	Notas Fiscais	Mensal
Proporcionar diagnósticos e tratamentos mais resolutivos e ágeis	As ações de saúde propostas foram efetivas	90% dos pacientes satisfeitos	Satisfação dos pacientes assistidos	Pesquisa de Satisfação	Anual

Instrumentos mídia:

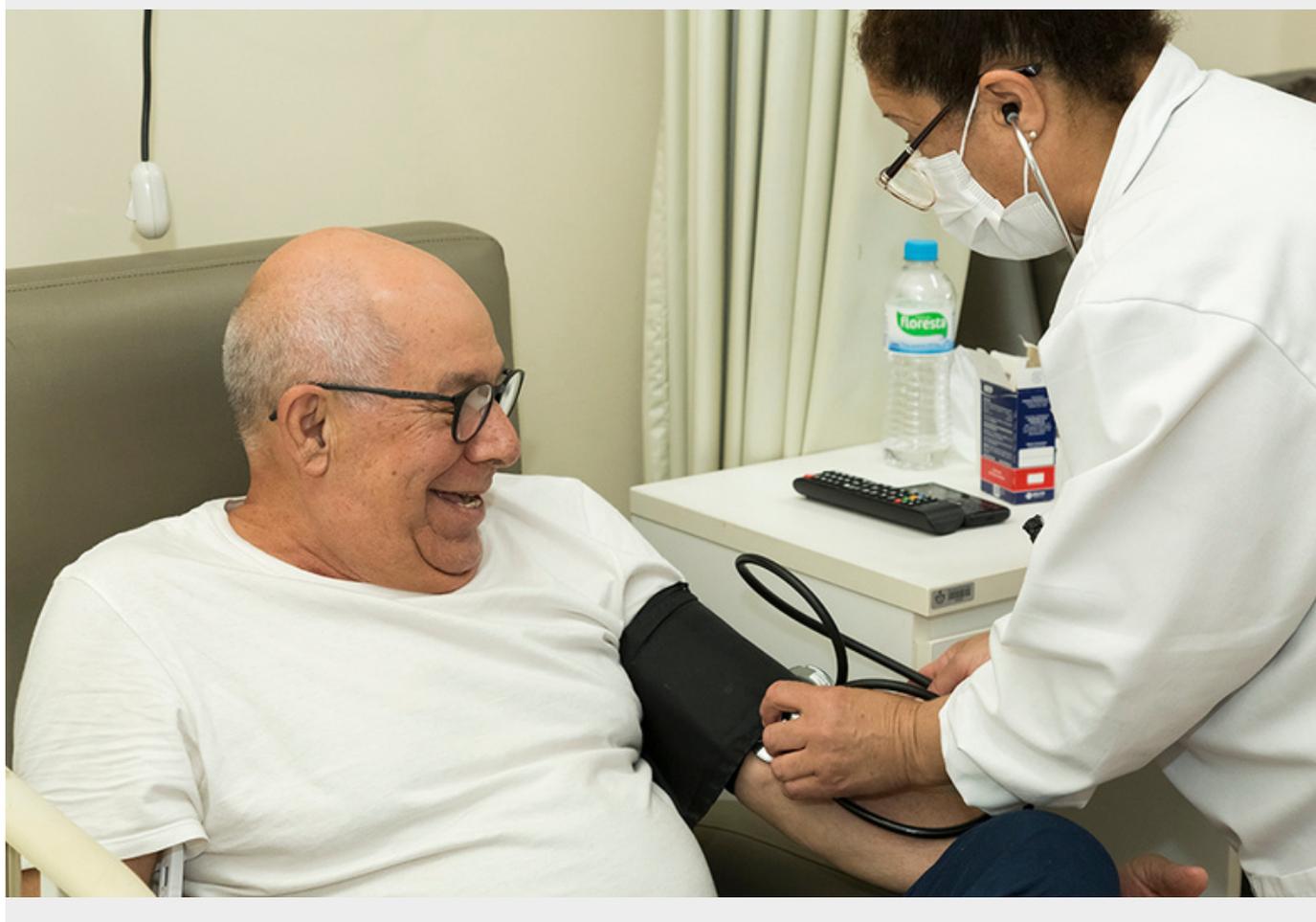
Site Amigos da Boa Causa (<https://amigos.santacasa.org.br>);

Redes Sociais Amigos da Boa Causa (Facebook, Instagram e LinkedIn)

Quantidade: Post trimestral

Propósito: Divulgação do projeto

Custo (R\$): Contrapartida da Santa Casa



ORÇAMENTO RESUMIDO

ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARAMETROS	1	R\$ 163.852,00	R\$ 163.852,00
APARELHO DE RAO X MOVEL	2	R\$ 600.320,00	R\$ 1.200.640,00
ARCO CIRURGICO	1	R\$ 376.600,00	R\$ 376.600,00
ARMARIO EM ACO INOX PARA ENDOSCOPIO - ALTURA UTIL 2100MM - LH8050M	2	R\$ 22.872,04	R\$ 45.744,08
BISTURI ELETRICO A PARTIR DE 151W	4	R\$ 31.430,00	R\$ 125.720,00
CARDIOVERSOR	2	R\$ 26.500,00	R\$ 53.000,00
CRANIOTOMO	1	R\$ 102.772,55	R\$ 102.772,55
DISPENSÁRIO MEDICAMENTO 6 MÓDULOS	2	R\$ 428.094,70	R\$ 856.189,40
ELETROCARDIOGRAFO	2	R\$ 11.250,00	R\$ 22.500,00
ENDOSCOPIO RIGIDO 10MM 30 GRAUS	1	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
FIBROBRONCOSCOPIO	2	R\$ 298.704,22	R\$ 597.408,44
MACA HOSPITALAR	1	R\$ 16.159,50	R\$ 16.159,50
MESA CIRURGICA	2	R\$ 41.000,00	R\$ 82.000,00
MESA CIRURGICA ELETRICA	1	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
MONITOR MULTIPARAMETROS BASICO	3	R\$ 10.158,00	R\$ 30.474,00
MONITOR MULTIPARAMETROS PARA UTI	7	R\$ 30.572,66	R\$ 214.008,62
NASOFIBROBRONCOSCOPIO	1	R\$ 62.895,56	R\$ 62.895,56
OCULOS PLUMBIFERO 1,1MM COM PROTECAO FRONTAL/LATERAL	2	R\$ 1.279,94	R\$ 2.559,88
PROTETOR DE TIREOIDE CA 33882	9	R\$ 285,00	R\$ 2.565,00
SISTEMA DE HIPO/HIPERtermia	2	R\$ 166.160,00	R\$ 332.320,00
SISTEMA DE VIDEOENDOSCOPIA	1	R\$ 199.980,00	R\$ 199.980,00
TORRE VIDEOLAPAROSCOPIA	4	R\$ 393.992,89	R\$ 1.575.971,56
ULTRASSOM	2	R\$ 268.000,00	R\$ 536.000,00
VIDEOLARINGOSCOPIO	1	R\$ 104.000,00	R\$ 104.000,00
IPADS	17	R\$ 2.879,91	R\$ 48.958,47
			R\$ 6.821.319,06

Com relação aos tablets solicitados, importante registrar que eles serão utilizados nas salas cirúrgicas que atendem pacientes 60+ provenientes do SUS. Os mesmos objetivam uma transformação digital dos prontuários anestésicos dos pacientes, gerando maior eficiência operacional das salas, aumentando a segurança do paciente. bem como proporcionando um registro mais confiável e legível dos eventos perioperatórios.

TOTAL
R\$ 6.821.319,06



ORÇAMENTOS

